

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

*Gabinete do Procurador-Geral*

Referência: Protocolo 07010047002201919 (chancela nº 14678/2019)  
Interessado: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Piauí  
Assunto: Pedido de afastamento preventivo de membro

**DECISÃO**

Trata-se de procedimento instaurado a partir do Ofício nº 853/2019-CGMP/PI, protocolizado em 10/07/2019 pela Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Piauí, por meio do qual pretende seja afastado, de modo preventivo, o Promotor de Justiça Galeno Aristóteles Coelho de Sá, para garantia da instrução da Sindicância nº 05/2019 (fls 03/05).

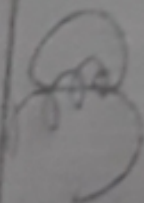
O órgão correicional noticia, nos termos da Portaria nº 49/2019-CGMP/PI, que o Promotor de Justiça Galeno Aristóteles Coelho de Sá teria, em tese, divulgado indevidamente informações referentes a procedimento sigiloso, praticado fraude processual e, ainda, cometido os crimes de prevaricação, constrangimento ilegal e ameaça contra o Juiz de Direito da Comarca de Luís Correia/PI, Willmann Izac Ramos Satos.

Aduz que esse fato ensejou a instauração da Sindicância nº 05/2019, bem como afirmou haver "juízo de aparência da prática de infrações disciplinares". Ademais, destacou que os fatos imputados ao sindicado seriam graves e vêm se repetindo por um tempo razoável, o que atentaria contra a ordem pública e a imagem institucional do Ministério Público.

Registra, ainda, que outros atos do titular da Promotoria de Justiça de Luís Correia/PI, praticados no exercício das funções ministeriais, também estão sendo investigados na Sindicância nº 01/2019.

Resumidamente, é o relatório.

Decido.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

*Substituto do Procurador-Geral*

Cuida-se de sindicância instaurada contra Promotor de Justiça, procedimento previsto na Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Piauí, cabendo destacar o disposto nos artigos 167 e 169, transcritos adiante:

Art. 167. Promove-se a sindicância como preliminar do processo administrativo, sempre que a infração não estiver suficientemente positivada em sua materialidade ou autoria.

Art. 169. A sindicância terá caráter inquisitivo e valor informativo, obedecendo a procedimento sumário, que deverá concluir-se no prazo máximo de trinta dias, a contar da instalação dos trabalhos, prorrogável por igual período a critério do Corregedor Geral.

(grifo nosso)

Em sede de procedimentos de natureza disciplinar é juridicamente possível a medida de afastamento preventivo de membro formalmente investigado pela prática, em tese, de ato que configure infração disciplinar. Nesse sentido, citam-se os textos expressos dos art. 166 e caput do art. 173 da Lei Complementar Estadual nº 12, de 18 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Piauí), que dizem, verbis:

Art. 166. Durante a sindicância ou processo administrativo, poderá o Procurador Geral de Justiça afastar o sindicado ou indiciado do exercício do cargo, sem prejuízo dos vencimentos e vantagens.

Art. 173. Durante o processo administrativo poderá o Procurador Geral de Justiça afastar o acusado do exercício do cargo, sem prejuízo dos vencimentos e vantagens, pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias.

(grifo nosso)

É de se notar que tal medida, de caráter excepcional, em regra, é de competência do Procurador Geral de Justiça. Para tanto, deve-se recorrer a um juízo de cognição sumária, tendo em vista que a finalidade do afastamento não caracteriza uma penalidade, estendendo-se apenas de uma cognição exauriente, posterior à conclusão da instrução.

Cabe ponderar que, se de um lado existe a necessidade de promover a adequada instrução do procedimento de natureza disciplinar, de outra banda deve-se examinar se a permanência do membro no exercício de suas funções é inconveniente ao serviço, prejudicial à apuração dos fatos.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
*Gabinete do Procurador-Geral*

Pesa sobre o Promotor de Justiça Galeno Aristóteles Coelho de Sá a acusação de que teria, em tese, divulgado indevidamente informações referentes a procedimento sigiloso, praticado fraude processual e, ainda, cometido os crimes de prevaricação, constrangimento ilegal e ameaça contra o Juiz de Direito da Comarca de Luís Correia/PI, Wilmann Izac Ramos Satos – órgão jurisdicional perante o qual oficia o sindicado.

Registre-se que, de acordo com a Corregedoria Geral do MPPI, o sindicado, deflagrou investigação de natureza criminal em face de Wilmann Izac Ramos Satos Junior, filho do supracitado Juiz de Direito. Segundo o órgão correicional, o sindicado passou então a constranger e a ameaçar o Juiz de Direito da Comarca de Luís Correia/PI, obtendo decisões favoráveis e de modo célere em processos judiciais, tais como os registrados no Poder Judiciário sob os nºs 0000156-68.2019.8.18.0059, 0000157-51.2019.8.18.0059, 0800374-61.2019.8.18.0059, 0000503-70.2017.8.18.0059 e 0000062-89.2017.8.18.0059.

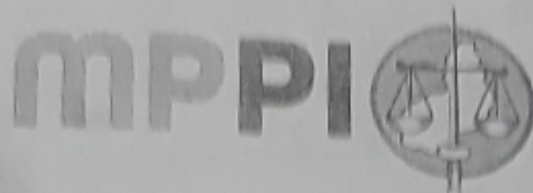
Cabe destacar que o nobre Corregedor Geral do Ministério Público do Estado do Piauí consignou na portaria de instauração da Sindicância nº 05/2019, as seguintes considerações para o afastamento do membro investigado, as quais se revelam razoáveis.

12.1) A existência de indícios suficientes para o deferimento da medida, pois a documentação colhida por esta Corregedoria revela juízo de aparência da prática de infrações disciplinares (fumus boni iuris), conforme consignado na descrição dos fatos acima e presente nos demais documentos anexados a esta Portaria;

12.2) A imperiosa necessidade da preservação da ordem pública e da imagem institucional do Ministério Público do Estado do Piauí, além da conveniência da instrução (periculum in mora) posto que, abstratamente as infrações a serem apuradas se revelam graves e os atos mencionados não se consubstanciariam isolados e/ou por curto período de tempo.

(grifo nosso)

Nessa perspectiva, cabe ressaltar que a natureza dos fatos objeto da instrução do procedimento disciplinar em comento possuem evidente vinculação com a atuação do membro frente à Promotoria de Justiça de Luís Correia/PI, único órgão de execução oficiante na correspondente Comarca. Por prudência, sobreleva-se a necessidade de preservar o interesse público, que, no caso, caracteriza-se pela adequada prestação da



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
*Gabinete do Procurador-Geral*

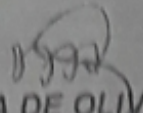
atividade jurisdicional na Comarca de Luis Correia/PI. Portanto, verifico que o fato sob investigação produz efeitos diretos sobre as atribuições exercidas pelo citado Promotor de Justiça frente à Promotoria de Justiça de Luis Correia/PI.

Ante o exposto, à luz dos elementos que constam dos autos, vislumbro elementos suficientes para, com fundamento nos artigos 166 e 169, da Lei Complementar Estadual nº 12/93, **determinar** o afastamento do Promotor de Justiça Galeno Aristóteles Coelho de Sá das funções do cargo de titular da Promotoria de Justiça de Luis Correia/PI, durante a sindicância instaurada pela Portaria nº 49/2019-CGMP/PI. Considerando a excepcionalidade da medida bem como a sua natureza cautelar, fica o afastamento limitado a 30 (trinta) dias, podendo ser revista a qualquer momento.

Por conseguinte, determino à Secretaria Geral que cientifique o membro sindicado, a Corregedoria Geral do MPPI e a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, encaminhando-lhes cópia integral desta decisão.

Cumpra-se.

Teresina/PI, 11 de julho de 2019.

  
**MARTHA CELINA DE OLIVEIRA NUNES**  
*Procuradora-Geral de Justiça em exercício*